Após um ano, Lei de Adoção traz mudanças na obtenção de guarda

A Lei Nacional de Adoção, que modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), completa um ano nesta terça-feira (3/8) e trouxe mudanças e benefícios no processo de adoção. Ela contribuiu para garantir direitos fundamentais às crianças e adolescentes no Brasil porque reforça a necessidade da preparação psicológica dos adotantes; firma o conceito de família extensa ou ampliada e estabelece a idade mínima de 18 anos para adotar, independentemente do estado civil, de acordo com o juiz Nicolau Lupianhes Neto.

Hoje, a maioria dos pretendentes, 71%, quer adotar crianças com até dois anos de idade. Outras novidades positivas destacadas pelo juiz é o limite de tempo para uma criança permanecer em abrigo, além de definir algumas responsabilidades para os juízes.

De acordo com o novo texto, os abrigos terão que enviar relatórios semestrais ao Judiciário sobre a situação das crianças, as quais poderão permanecer nessas instituições por prazo máximo de dois anos. Dentro desse prazo, a criança deverá ser reintegrada à família ou encaminhada à adoção. O tempo limite só poderá ser extrapolado mediante justificativa elaborada pelo juiz responsável a qual comprove que a permanência no abrigo será mais conveniente para a criança.

Com isso, foi possível reunir informações sobre o número de crianças aptas à adoção e a quantidade de pretendentes, facilitando os procedimentos para que 197 crianças conseguissem um novo lar nesses últimos anos.

O juiz lembra que com a nova lei de adoção os irmãos não mais poderão ser separados, devendo ser adotados pela mesma família, salvo exceções justificadas. Além disso, estabelece como medida protetiva a figura do acolhimento familiar com preferência ao acolhimento institucional e incentiva a adoção de crianças mais velhas, com problemas de saúde.

Foi exatamente para garantir a efetividade da lei de adoção que o CNJ deu início, no último dia 27 de julho, a uma mobilização nacional das Varas da Infância e Juventude para rever o processo das crianças abrigadas. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Date Created

04/08/2010